

Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação realizada aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e doze, com início às quinze horas em segunda convocação, na Casa dos Conselhos, sito a Rua Ipiranga, 544- Centro-Petrópolis. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Ednéa Valle de Mello, representante titular dos docentes e vice-presidente do COMED; Adenilson Honorato da Silva, conselheiro titular, representante do poder executivo; Cristina Pereira, conselheira titular, representante dos pais e responsáveis; Taís D'Avila Bonfante Silva, conselheira suplente representante da Secretaria de Educação; Sintia Said Coelho, conselheira titular, representante da Universidade Católica de Petrópolis; Vânia Beatriz Braun Bordignon, conselheira suplente, representante da Diretoria Regional da Região Serrana III; Noelma Simões da Costa, conselheira titular, representante da Academia Petropolitana de Educação; Maria Carla Fonseca Vianna, conselheira titular, representante do poder executivo; Sandra Cristina Motta Bortolotti, conselheira titular, representante da Secretaria de Educação; Rosimar Silveira Pinto, conselheira titular, representante do SEPE; Patrícia Araujo da Silva, conselheira suplente, representante do SEPE; Andresa de Brito Chaves Soto, conselheira titular, representante da Secretaria de Educação; Deise de Cássia Silva de Almeida Pinto, conselheira suplente, representante da Secretaria de Educação; Claudia Quintanilha de Almeida, conselheira titular e presidente do COMED; Vivian Portilho Bambino, conselheira suplente, representante da Secretaria de Educação; Valeria Albuquerque Braga, conselheira suplente representante da Secretaria de Educação e Subsecretária de Educação Infantil; João Carlos Raeder, conselheiro titular representante do Poder Executivo e Subsecretário do FNDE e Captação de Recursos; Ricardo Bragança Pinheiro Tâmmela, conselheiro titular representante das Instituições de Ensino Superior; Márcia Rodrigues Ferreira Alves, conselheira titular representante da Secretaria de Educação; Leonardo da Silva dos Santos Bastos, conselheiro suplente, representante do SINPRO; Renato Freixiela de Oliveira, conselheiro titular, representante do SINPRO; Marilza Pullig, representante da Subsecretaria de Educação Infantil; Débora Battisti de Abreu, conselheira suplente, representante da secretaria de Educação; Deise de Cássia da Silva de Almeida Pinto, conselheira suplente, representante da Secretaria de Educação; Carla Clavery Barbosa Cleffs, inspetora escolar, Alba Cristina Casco, representante da Casa dos Conselhos. Estiveram presentes também as seguintes diretoras de escolas municipais e conveniadas: Carla Alessandra A. Passos Ramos (E.M.Odette Fonseca); Gisele F. Wilbert (E.M.Dr. Rubens de Castro Bomtempo); Sônia Damico (Escola Germano Valente); Sandra Luzia F. Reis (E. M. Bataillard); Mônica Chung Marques Corrêa Tesh (Escola São Judas Tadeu); Geralda de Fátima P. Borges (E. M Abelardo De Lamare); Sirlene Marques Pereira (E. Paroquial Bom Jesus); Sandra de Oliveira Leite (E.M.Major Julio Frederico Koeller); Kátia Regina Recordon Eiras Pereira (E.M.Marieta Gonçalves); Gisela Gorges Sá Varanda (E.Mzda.Santa Terezinha); Fabiana Ferreira Pimentel Kloh (E.M.João Kopke); Sandra Paula Luiz (E.M.João Kopke); Ana Paula Luiz (E.M.Jorge Amado); Além das citadas diretoras, compareceram ainda as seguintes

orientadoras pedagógicas: Renata Corrêa da Silva (E.M. Odette Fonseca); Bianca Eckhardt de Moraes (E.M. Bataillard); Jaqueline F.P.Borré (E. Paroquial Bom Jesus); Bianca Otero Kronenberg dos Reis (E.M.João Kopke); Eliane Maria Macharoto (E.M.Jorge Amado); Tatiana do Sacramento Restier (E.M.Fábrica do Saber). Justificaram ausência os seguintes conselheiros: Sérgio

A vice-presidente Ednéa iniciou a reunião realizando a chamada dos conselheiros e, em seguida, passa a palavra à presidente do COMED, professora Cláudia Quintanilha que dá as boas vindas, lembrando que Conselho de Educação é um lugar democrático e fica feliz com o interesse de todos, fazendo menção aos professores presentes nesta plenária. Dando continuidade à reunião a ata do mês de fevereiro foi lida pela Secretária Geral do COMED, professora Deise de Cássia, ao final da leitura desta foi solicitada, pelo conselheiro Ricardo Tâmeda, a inclusão das justificativas de ausências. Em seguida, a presidente convida as professoras Marilza e Débora, representantes da Subsecretaria de educação Infantil para a apresentação dos dados sobre a Educação Infantil do município. Neste momento, a professora Marilza informa às dificuldades que a Inspeção Escolar tem com as instituições privadas no sentido de falta de documentação quanto a legalidade e funcionamento. A professora Marilza propõe que a Secretaria de Educação, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e o COMED fizessem uma campanha/divulgação informando se as instituições privadas possuem autorização ou não de funcionamento. Comunica ainda que a Subsecretaria de Educação Infantil está organizando um simpósio sobre Educação Infantil. O conselheiro Renato Freixela também comenta sua felicidade pela presença das professoras da rede municipal e diz que não quer colocar o Sindicato dos professores no mesmo patamar da inspeção escolar ou ainda do COMED, mas considera o trabalho de divulgação de suma importância e ressalta a relevância da parceria com o Sindicato, pois muitos desses profissionais trabalham nessas escolas irregulares acabando por perder seu tempo, pois não têm registro trabalhista. Esclarece que o Sindicato trabalha no sentido de alertar os professores sobre o funcionamento irregular das escolas e que disponibiliza o SIMPRO para prestar essa assessoria. A conselheira Márcia Alves destaca a importância da fala do conselheiro Renato e ressalta a gravidade da situação da Educação Infantil no município, com esse elevado número de instituições irregulares. Lembra que o COMED não pode atuar apenas quando há denúncias e sim tem o papel de fortalecer políticas públicas para coibir o funcionamento dessas instituições não autorizadas. Lembra ainda que algumas instituições possuem alvará de localização, porém não possuem autorização de funcionamento. Após, a conselheira indaga o motivo de tantas instituições não autorizadas, respondendo ela mesma que isso se deve a omissão do Poder Público. A conselheira diz ainda que existem professores contratados como estagiários, em subempregos, recebendo salários inferiores ao piso da categoria e ainda sem a formação necessária. Lembra também que o atendimento a crianças de quatro e cinco

anos é obrigatório e que é necessário coibir o funcionamento destas instituições em conjunto.